

Subsídios para a história do ensino graduado da Sociologia na Universidade do Minho

Ana Maria Brandão¹

Este artigo pretende contribuir para a história do ensino graduado da Sociologia na Universidade do Minho (de ora em diante, UMinho), que tem formalmente início no ano de 1989, com a criação da licenciatura em Sociologia das Organizações. No mesmo ano, são também criados a Escola de Ciências Sociais e o Departamento de Sociologia e Antropologia. O ensino graduado da Sociologia na UMinho constitui, portanto, um marco fundamental na afirmação das Ciências Sociais nesta Universidade. Apostando inicialmente num ensino de carácter profissionalizante – de resto, em concordância com a missão que a UMinho definira para si própria –, o ensino graduado da Sociologia irá passar por várias alterações. Algumas delas refletem mudanças significativas tanto na vocação do curso, como nos conteúdos que vão sendo privilegiados e estão intimamente ligadas ao trajeto do próprio Departamento. Não pretendendo aqui fazer uma história pormenorizada e exaustiva dessas alterações, centrar-nos-emos sobretudo nos seus momentos mais relevantes, procurando enquadrá-los nas conjunturas particulares em que tiveram lugar.

Considerámos, nesta análise, a existência de três momentos fundamentais no ensino graduado da Sociologia na UMinho: a criação da primeira licenciatura, a que se segue um período de abertura e expansão; a profunda mudança que sofreu sob os auspícios do designado Processo de Bolonha; e as alterações recentes, que marcam a definitiva transformação de uma licenciatura especializada numa licenciatura generalista. Para esta pequena reconstituição histórica, que entendemos sobretudo como um subsídio para uma história mais vasta que permanece por fazer, socorremo-nos de fontes documentais e dos contributos de alguns informantes privilegiados². As suas memórias e vivências foram fundamentais para recuperar informação essencial para a

¹ Socióloga. Prof. Auxiliar do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e Investigadora Integrada do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS-NOVA – UMinho). Diretora do 1.º Ciclo de Estudos em Sociologia da Universidade do Minho entre janeiro de 2012 e fevereiro de 2015.

² Concretamente, agradecemos ao Professor Albertino Ribeiro Gonçalves e à Professora Ana Paula Marques, ambos Professores Associados com Agregação do Departamento de Sociologia, bem como ao Professor Manuel Carlos Silva, Professor Catedrático do Departamento de Sociologia atualmente aposentado, os seus contributos.

compreensão dos desafios e das mudanças por que passou o ensino graduado da Sociologia na academia minhota.

1. Gênese e expansão do ensino da Sociologia na UMinho

O ensino da Sociologia na UMinho teve início em 1989. É então criada, pela Portaria n.º 410/89, de 8 de junho, a licenciatura em Sociologia das Organizações, com a duração de nove semestres letivos. Como a própria designação indica, trata-se de uma licenciatura especializada num domínio particular da Sociologia, algo que, apesar de poder parecer paradoxal face à missão tradicional do ensino superior universitário, encontra explicação na importância atribuída pela academia minhota à preparação dos seus licenciados para o exercício de uma atividade profissional e à interação com o tecido social e produtivo envolvente. Como notaram Silva, Marques, Veiga e Mascarenhas (2004: 36), as preocupações de carácter profissionalizante estavam claramente estatuídas no Guia da Universidade do Minho e uma licenciatura em Sociologia das Organizações foi considerada “mais consentânea com os objetivos de profissionalização e mais adequada a saídas profissionais, nomeadamente no meio envolvente da região”. De facto, desde a sua origem, a UMinho preocupou-se em responder às necessidades do meio envolvente, promovendo uma ligação estreita entre a Universidade e a sociedade (cf. Ferreira, 2014). Uma licenciatura não especializada em Sociologia terá, pois, encontrado resistências neste contexto, o que terá levado à adoção de uma estratégia mais consentânea com esse sentimento geral.

Para lá do interesse particular dos seus dois principais promotores – o Professor Lima de Carvalho, coordenador da então Unidade Científico-Pedagógica de Ciências Sociais, e o Professor Silva e Costa, que viria a ser o primeiro Diretor do Departamento de Sociologia e Antropologia – pela Sociologia, domínio científico em que ambos possuíam formação, o projeto foi, segundo Alves (2010: 13), coadjuvado por uma conjuntura de perda de influência das Ciências Sociais dentro da UMinho. Terá sido a redução consistente do número de estudantes e disciplinas sob a alçada da Unidade de Ciências Sociais a abrir caminho à nova licenciatura, a que se seguiriam outras, numa tentativa de inverter aquela tendência (idem).

A licenciatura em Sociologia das Organizações, que entrou em funcionamento logo no ano letivo de 1989/1990, estava organizada em unidades de crédito – no

mínimo, 132 para obtenção do grau, das quais 35 eram obrigatórias e pertencentes à Sociologia. Seguiam-se-lhe 17,5 unidades de crédito pertencentes ao domínio da Comunicação Social, 15 ao da Gestão e da Economia, 10 ao da Antropologia, 7,5 ao do Direito. Às áreas da Matemática, Informática, História, Geografia e Filosofia eram atribuídas entre 5 e 6 unidades de crédito cada. As unidades de crédito opcionais, num total de 4, distribuíam-se igualmente pela Sociologia, pela Comunicação Social, pela Antropologia e pela Gestão. O plano de estudos incluía, no último semestre, um estágio ou um trabalho de investigação, correspondente a 12 unidades de crédito.

Nessa primeira fase, a Sociologia representava, portanto, um peso menor na formação do estudante comparativamente aos restantes domínios disciplinares presentes no plano de estudos. Se, por um lado, tal se pode dever ao facto de estar ainda em constituição o quadro docente próprio do recém-criado Departamento de Sociologia e Antropologia, por outro, também reflete a aposta numa inserção mais facilitada no mercado de trabalho, em particular, como a própria designação do curso indicava, nas organizações formais, públicas ou privadas. Vale a pena, a este propósito, recordar o texto de apresentação do curso presente no Guia da Universidade do Minho de 1996-1997 (*cit.in* Silva, Marques, Veiga e Mascarenhas, 2004: 37): “o Curso de Sociologia das Organizações pretende formar quadros superiores com preparação técnica e cultural que os habilite a intervir na gestão e seleção do pessoal, na solução e prevenção dos conflitos, bem como na humanização das relações de trabalho, tantas vezes encaradas apenas sob o prisma da rentabilidade”. Claramente, pretendia-se dar resposta à carência de profissionais com conhecimentos específicos no domínio da gestão de recursos humanos, complementarmente a uma formação científica de base sociológica. Neste sentido, a aposta numa licenciatura em Sociologia das Organizações apresentava-se como ganhadora à partida, considerando o diagnóstico de necessidades do tecido produtivo português à época, onde a função raramente era assegurada por profissionais com qualificação adequada (cf. Brandão e Parente, 1998).

Pode dizer-se que, ao longo dos seus sete anos de existência, a licenciatura em Sociologia das Organizações cumpriu os desígnios para que foi criada: por um lado, contribuiu para a inversão da perda de influência das Ciências Sociais na UMinho (Alves, 2010); por outro lado, os seus licenciados apresentavam uma elevada empregabilidade, nomeadamente no seu domínio específico de formação, como demonstrou o inquérito conduzido por Gonçalves (2001). Mas embora o perfil profissionalizante da licenciatura representasse um trunfo quer face à restante oferta

formativa no domínio da Sociologia, quer face ao tecido produtivo da Região, tornou-se claro, com o tempo, que ele também significava “perder alguma competitividade, no mercado de trabalho, face a sociólogos saídos doutras Universidades”, nomeadamente devido a “uma excessiva polivalência disciplinar dispersa por várias áreas e sobretudo uma acentuada unidirecionalidade da especialização, não permitindo que outras competências e especializações (...) se desenvolvessem” (Silva, Marques, Veiga e Mascarenhas, 2004: 38). Esta terá sido uma das razões que presidiram à primeira reestruturação do curso, em 1996/1997; a outra terá sido o paulatino crescimento e a recomposição do próprio corpo docente do Departamento de Sociologia.

O Despacho n.º 7019/97, de 3 de setembro, marca uma viragem no ensino graduado da Sociologia na UMinho: a licenciatura em Sociologia das Organizações dá lugar à licenciatura em Sociologia. Apesar da presença de dois ramos de especialização – Sociologia das Organizações e Políticas Sociais –, a mudança de designação representa, desde logo, uma maior abertura ao carácter plural da própria disciplina. Mas corresponde, igualmente, a uma tentativa de captar estudantes com interesses mais diversificados. Com as duas especializações tentou-se, por um lado, preservar os créditos conquistados, em particular junto das entidades empregadoras da região envolvente, ao mesmo tempo que se procurava atrair formandos num domínio especialmente caro aos sociólogos em que o Departamento tinha vindo a apostar em termos da formação e da contratação de docentes e investigadores. Tratou-se de uma primeira reestruturação que contou, de resto, com o apoio do esmagadora maioria dos estudantes, que viram nela vantagens (cf. Direcção dos Cursos de Sociologia e Sociologia das Organizações, 1999).

O plano de estudos da agora licenciatura em Sociologia está também organizado por unidades de crédito – no mínimo, 162 para obtenção do grau, das quais 85 a 102 obrigatórias e pertencentes à Sociologia. A formação no domínio disciplinar específico da Sociologia mais do que duplica o seu peso inicial, ainda que se continue a oferecer uma formação complementar noutros domínios: 5 a 14 unidades de crédito pertencem ao domínio da Comunicação Social; 8 a 12 à Economia; 4 a 8 à Antropologia, à Informática e à Demografia, individualmente consideradas. As áreas da História e da Filosofia têm agora entre 2 e 6 unidades de crédito cada uma. O plano de estudos continua a oferecer disciplinas opcionais, com um total de 4 a 14 unidades de crédito distribuídas em igualdade de circunstâncias pela Sociologia, pela Comunicação Social,

pela Antropologia, pela Gestão, pela Geografia, pela História, pela Administração Pública e pela Filosofia.

Nos primeiros dois anos, o curso apresenta um tronco comum, sendo no terceiro e, sobretudo, no quarto ano que ocorre uma diferenciação do percurso de formação dos estudantes. No terceiro ano, essa diferenciação assenta apenas numa disciplina – Sociologia da Empresa, no caso da especialização em Sociologia das Organizações, e Sociologia da Família, no caso da especialização em Políticas Sociais. No quarto ano, no entanto, os percursos tornam-se claramente distintos, incluindo as disciplinas obrigatórias de Sociologia do Trabalho, Organização e Gestão de Recursos Humanos, Gestão Empresarial e Psicologia das Organizações no caso do primeiro ramo, e de Solidariedade e Exclusão Social, Economia da Segurança Social, bem como disciplinas especializadas de Sociologia da Saúde, Migrações e Crime, no caso do segundo. Em ambos os casos, os estudantes possuem, ainda, três disciplinas optativas no penúltimo semestre do curso. Mantém-se, no nono semestre do curso, um estágio ou um relatório de investigação, com um total de 15 unidades de crédito.

O novo plano de estudos, que entrou em vigor no ano letivo de 1997/1998, manteve-se em funcionamento, sem alterações de fundo, até ao começo do Processo de Bolonha.

2. Bolonha e os seus impactos

Em junho de 1999, vinte e nove países, entre os quais Portugal, assinam a Declaração de Bolonha, comprometendo-se formalmente com a criação de um Espaço Europeu do Ensino Superior até 2010. Pese embora a margem de autonomia deixada aos signatários no que respeita aos contornos concretos da concretização desse empreendimento, a Declaração marca o início de um processo de reorganização do Ensino Superior com vista a uniformizar certos procedimentos e a facilitar e incentivar a mobilidade dos cidadãos europeus. Uma das metas é a organização dos graus do ensino superior fundamentalmente em dois ciclos.

Os impactos previsíveis de Bolonha no Ensino Superior português levaram a intervenções privadas e públicas de várias associações profissionais, onde se inclui a Associação Portuguesa de Sociologia (A.P.S.). Em 20 de outubro de 2004, na Universidade Nova de Lisboa, a APS reúne com representantes das licenciaturas em

Sociologia do país. Desse encontro, sairá um parecer comum: o primeiro ciclo em Sociologia deverá corresponder a quatro anos de formação, correspondentes a um total de 240 ECTS. Pode aí ler-se, ademais, que “Um primeiro ciclo de formação mais curto corresponderá a uma habilitação direcionada para os segmentos de quadros técnicos intermédios, que ficaria claramente abaixo do perfil de funções hoje asseguradas com eficiência pelos sociólogos” (APS, 2004: ¶ 7).

A declaração e o acordo que ela firmava eram de importância vital na medida em que ofereciam uma linha orientadora clara para os processos de reestruturação em curso. Como notavam as Comissões de Reflexão sobre o Processo de Bolonha e de Reestruturação do Curso de Sociologia da UMinho (2005: 16), seria “inaceitável que fosse deixado ao critério de cada universidade a decisão sobre se as suas licenciaturas em Sociologia teriam três ou quatro anos (...) para a produção de um perfil supostamente igual”. Tal situação, além de incongruente, levaria a uma concorrência desleal entre instituições, sendo previsível que muitos estudantes optassem por formações mais curtas num quadro em que todos os cursos garantissem as “mesmas” habilitações. De resto, no ano letivo de 2004/2005, a generalidade das licenciaturas em Sociologia apresentava planos de estudo de quatro anos. As exceções eram as licenciaturas das Universidades do Porto e do Minho, ambas com nove semestres letivos (Comissão de Reestruturação do Curso de Sociologia, 2004: 1-2).

Bolonha significava, portanto, pelo menos, a necessidade de reduzir em um semestre o tempo de formação dos estudantes e implicava, no caso da UMinho, ponderar os moldes de preservação do estágio/relatório de investigação, que preenchia, por si só, o último semestre do curso. O estágio sempre fora um trunfo fundamental do curso. Embora pudesse – e ainda possa – ser substituído por um trabalho de investigação, a verdade é que, ainda hoje, os estudantes optam maioritariamente pela primeira modalidade de conclusão do curso. A sua presença situa-se também na continuidade da missão que a UMinho definiu para si, representando um momento particular de articulação entre o mundo académico e o mundo do trabalho e favorecendo a visibilidade e a integração do futuro licenciado no mercado de trabalho (Brandão e Araújo, 2007: 2). Além disso, a sua existência contribuiu, sobretudo numa fase inicial, para consolidar o curso ao projetar a sua imagem no meio envolvente. Hoje, são as organizações externas à UMinho a requisitar estagiários de Sociologia, pedido que, apesar de nem sempre poder ser satisfeito, ilustra bem os frutos dessa aposta. A

manutenção da figura do estágio/relatório de investigação implicava, portanto, na prática, eliminar as disciplinas que compunham a totalidade de um semestre letivo.

Entretanto, o acordo firmado em Lisboa, em 2004, é rompido e algumas instituições de ensino avançam com planos de estudo de três anos para o ensino graduado da Sociologia. É neste contexto que, em 2006, o plano de estudos do curso de 1.º Ciclo em Sociologia da UMinho passa a organizar-se também em três anos, correspondentes a seis semestres letivos com um total mínimo de 180 ECTS para obtenção do grau. O novo plano de estudos procurou obedecer aos requisitos de Bolonha, designadamente pela passagem de um “sistema orientado para o professor” para um “sistema orientado para o estudante”, com a conseqüente redução da carga horária das disciplinas e o aumento da carga de trabalho do estudante, e pela abertura a outras áreas de formação com possibilidade de cruzamento de saberes, pois, ainda que estas estivessem já representadas nos planos de estudo anteriores, reforçou-se o seu peso em termos das correspondentes unidades de crédito obrigatórias (Comissão de Reestruturação do Curso de Sociologia, 2004: 9).

Com a reestruturação, o curso passa a apresentar como áreas de formação obrigatórias a Sociologia, com um total de 117 ECTS; a Demografia, com 6 ECTS; e 57 ECTS optativos, distribuídos por disciplinas da Sociologia, da Comunicação, da Economia, da Educação, da Gestão, da Antropologia e da História. Os ramos de especialização desaparecem, mas o curso continua a organizar-se em quatro percursos distintos de formação, associados a disciplinas específicas: Organizações e Trabalho; Desenvolvimento e Políticas Públicas; Saúde, Família e Sociedade; Cultura e Estilos de Vida. Uma vez mais, esta opção decorre do crescimento e da requalificação do corpo docente do Departamento e traduz, nomeadamente pelas unidades curriculares oferecidas, as áreas de investigação dos seus membros, procurando potenciar a sua ligação ao ensino. Os novos percursos de formação não são, entretanto, estanques, permitindo ao estudante compor o seu próprio percurso de formação e garantindo alguma possibilidade de cruzamento de áreas.

O novo plano de estudos mantém o estágio/relatório de investigação no último semestre, mas apresenta uma outra novidade de relevo: a introdução de uma unidade curricular de projeto no penúltimo semestre, designada de Projeto e Prática em Sociologia, com um total de 13 ECTS. Inspirando-se na experiência da licenciatura em Design e Marketing de Moda da UMinho, esta unidade curricular assenta no trabalho de equipa e visa não só treinar a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes,

mas também desenvolver competências ao nível do “saber ser” e do “saber estar” fundamentais no mercado de trabalho. De uma certa forma, ela constitui, por isso, uma preparação para o estágio ao confrontar o estudante com a necessidade de se articular e cooperar com pessoas (outros colegas) com as quais não tem, muitas vezes, afinidades, uma vez que as equipas são compostas pelo coordenador da unidade curricular.

O novo plano de estudos entrou em vigor no ano letivo de 2006/2007 e manteve-se em funcionamento, com pequenas adequações, até 2012.

3. Alterações recentes: um 1.º Ciclo de Estudos generalista

Em 2012, na sequência de um processo global de racionalização da oferta educativa da UMinho, o plano de estudos do 1.º Ciclo de Estudos em Sociologia sofre uma nova alteração de fundo, que se traduz na redução do número de unidades curriculares oferecido; na passagem da quase totalidade das unidades curriculares oferecidas por outras áreas disciplinares ao estatuto de opcionais; na normalização do número de unidades de crédito atribuídas a cada unidade curricular em função do seu carácter estruturante ou complementar; e na alteração da posição de algumas unidades curriculares nos vários semestres do curso (Departamento de Sociologia, 2012).

Os ajustamentos introduzidos basearam-se em critérios distintos: por um lado, a necessidade de agilizar processos de equivalência entre unidades curriculares oferecidas a outros cursos e ao próprio curso de Sociologia exigia a sua normalização em termos de ECTS; por outro lado, não era objetivamente exequível, devido a limitações de recursos humanos e materiais, garantir a todo o momento a oferta das inúmeras unidades curriculares opcionais que integravam o plano de estudos anterior, o que implicava um processo complexo e anual de gestão da oferta educativa; finalmente, já havia decorrido tempo suficiente para aferir a adequação dessa oferta à procura, sendo evidente a ausência de procura de certas unidades curriculares por parte dos estudantes, não se justificando a sua manutenção (*idem*).

De facto, a intensificação do trabalho docente e de gestão na sequência dos constrangimentos – nomeadamente, financeiros – enfrentados pelo Ensino Superior português, a que se associava Bolonha, traduziu-se, objetivamente, num “défice de docentes necessários para uma correta adaptação ao modelo de Bolonha: turmas pequenas, tutores para todos os alunos do curso, avaliação contínua ou periódica

privilegiando a investigação dos alunos em trabalhos de projeto e seminários, máxima disponibilidade de unidades curriculares de opção. Mesmo o acompanhamento adequado e atento dos estágios/relatórios de investigação é problemático. É de lembrar que o corpo docente da licenciatura, na sua maioria, também leciona o curso do segundo ciclo” (Direcção do Curso de Licenciatura em Sociologia, 2008: 7).

O Despacho RT/C-12/2012, de 12 de janeiro, estabelece o novo plano de estudos da licenciatura. Dos 180 ECTS necessários à obtenção do grau, 150 pertencem à Sociologia, 5 à Antropologia e apenas 25 a outras áreas científicas, privilegiando-se as que se encontram associadas ao Instituto de Ciências Sociais, a saber: História, Geografia, Comunicação e Arqueologia. Além das Metodologias de Investigação Social, das Teorias Sociológicas e da Estatística, as unidades curriculares correspondentes aos domínios clássicos e/ou claramente firmados da Sociologia passam a ter o estatuto de unidades curriculares obrigatórias. As áreas mais recentes e inovadoras da disciplina assumem o estatuto de unidades curriculares opcionais, equiparadas, nesta vertente, às unidades curriculares oferecidas por outros Departamentos e/ou Escolas. Preserva-se, no penúltimo e no último semestres do curso, respetivamente, as unidades curriculares de Projeto e Prática em Sociologia (15 ECTS) e de estágio ou relatório de investigação (30 ECTS).

O novo plano de estudos entrou em vigor no ano letivo de 2012/2013 e mantém-se em funcionamento. As alterações introduzidas marcam, desde logo, uma alteração significativa: o desaparecimento de percursos de especialização. A formação oferecida é agora claramente mais abrangente e esmagadoramente situada no domínio da Sociologia. Se, por um lado, esta mudança representa uma perda em termos da ligação da Sociologia às restantes ciências sociais, que se reflete num certo empobrecimento do perfil do sociólogo, por outro, ela traduz claramente a consolidação da disciplina na academia minhota.

Bibliografia:

ALVES, Aníbal (2010), “As Ciências Sociais na Universidade do Minho: do projecto de 1976 ao presente e além”, in Moisés de Lemos Martins (org.), *Caminhos*

nas Ciências Sociais: memória, mudança social e razão: Estudos em homenagem a Manuel da Silva Costa, Coimbra, Grácio Editor, pp. 9-18

Associação Portuguesa de Sociologia (2004), “A Sociologia, o(a)s Sociólogos e o Processo de Bolonha” (em linha), disponível: <http://www.aps.pt/?area=104&mid=001&sid=002> (acesso: 12 fevereiro 2015)

BRANDÃO, Ana Maria, ARAÚJO, Emília (2007), “A Abertura à Sociologia: A experiência dos estágios no curso de Sociologia da Universidade do Minho”, comunicação apresentada no *Encontro “O Estado da Sociologia em Portugal: Formação, investigação e profissionalização”*, organizado pela Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, 19-20 outubro, pp. 1-11

BRANDÃO, Ana Maria, PARENTE, Cristina (1998), “Configurações da Função Pessoal: As especificidades do caso português”, *Organizações e Trabalho*, 20, pp. 23-40

Departamento de Sociologia (2012), *Proposta de Alteração ao Plano de Estudos da Licenciatura em Sociologia: Relatório à Direção-Geral do Ensino Superior*, Braga, Universidade do Minho

Direcção do Curso de Licenciatura em Sociologia (2008), *Relatório da Direcção do Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade do Minho: Ano Lectivo de 2006/2007*, Braga, Universidade do Minho

Direcção dos Cursos de Sociologia e Sociologia das Organizações (1999), *Relatório da Direcção do Curso de Sociologia e Sociologia das Organizações: 1997/1998*, Braga, Universidade do Minho

Comissão de Reflexão sobre o Processo de Bolonha/ Comissão de Reestruturação do Curso de Sociologia da Universidade do Minho, “Reflexão sobre o processo de Bolonha (Grupo A6)”, in Cândido Varela de Freitas (coord.), *Jornada de Reflexão Processo de Bolonha*, Braga, Universidade do Minho, 15-19

Comissão de Reestruturação do Curso de Sociologia (2004), *Análise comparativa das licenciaturas em Sociologia em Portugal* (documento policopiado), Braga, Universidade do Minho

FERREIRA, Fátima Moura (2014) (coord.), *História da Universidade do Minho: 1973 1974-2014*, Braga, Universidade do Minho/ Fundação Carlos Lloyd Braga

GONÇALVES, Albertino (2001), *As Asas do Diploma: A inserção profissional dos licenciados pela Universidade do Minho*, Braga, Universidade do Minho – Grupo de Missão para a Qualidade do Ensino/Aprendizagem

SILVA Manuel Carlos, MARQUES, Ana Paula, VEIGA, Carlos, MASCARENHAS, Paula (2004), “Curso de sociologia da UM: Retrospectiva e percepções dos alunos”, *Sociedade e Cultura*, 6, pp. 33-62